

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2018

Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. São consideradas parte integrante das demonstrações.

Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas.

Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos no sistema informatizado do Município incluem os dados do Poder Executivo e Legislativo.

São compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, e também pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Desde a adoção do novo PCASP, em 2015, foi realizado grande esforço da equipe técnica, para implantação de controles e procedimentos contábeis, entre eles, estão: o reconhecimento pelo regime de competência dos créditos tributários a receber; a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); registro contábil da depreciação; apropriação de despesas pagas antecipadamente; o cálculo da perda da dívida ativa; e o controle de estoque.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária,



legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Nas páginas a seguir você é convidado a acompanhar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial por meio da análise dos Demonstrativos Contábeis do exercício de 2018 e das Notas Explicativas relacionadas.

Sempre que possível, as informações apresentadas nesta prestação de contas são descritas em linguagem clara e acessível, de maneira que todos possam compreender como foram utilizados os recursos públicos no período. O objetivo principal dessa ação não é o de somente cumprir uma obrigação legal, mas o de oportunizar e ampliar os canais de comunicação entre a população e o Governo Municipal, transformando dados complexos em informações compreensíveis. Desse modo, queremos dinamizar o controle social para propiciar que a sociedade esteja mais ciente das ações do Governo Municipal.

A missão cabe ao Setor de Contabilidade do Município, responsável por organizar e consolidar os dados contábeis, oriundos do sistema informatizado de contabilidade e dos atos de gestão do Governo Municipal.

A contabilidade atua como o interlocutor entre o poder público e a sociedade. Assim, transforma os dados em informações úteis tanto para a tomada de decisões dos gestores públicos como para os cidadãos, de tal maneira que estes possam acompanhar a arrecadação e as despesas do Governo.

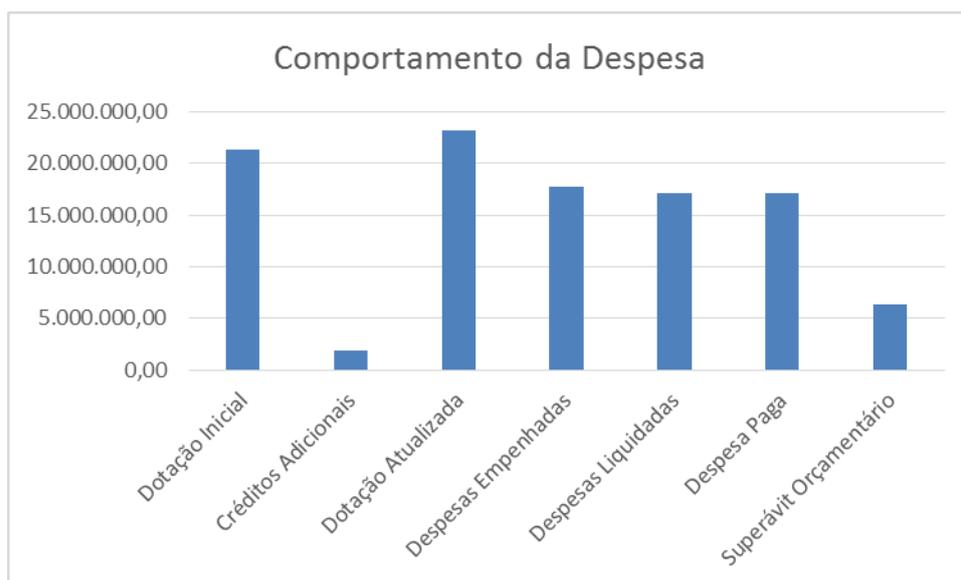
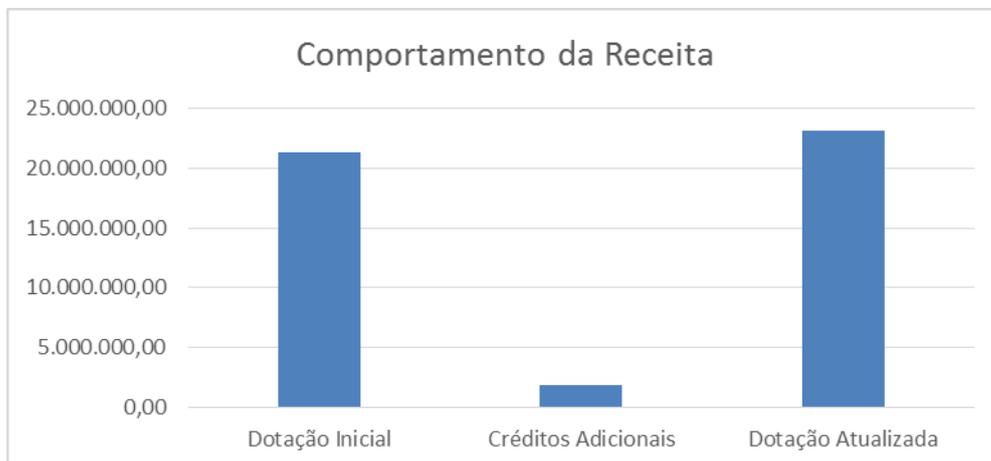
Esse papel se revela fundamental para a promoção da cidadania plena. Acreditamos que ela só será atingida quando gestores e administrados tiverem posições simétricas relativas às informações advindas do setor público. Em outras palavras, quando um número deixar de ser somente um número e fornecer uma perspectiva de análise e julgamento da ação governamental.

Seguindo o propósito de aperfeiçoamento contínuo e de maior transparência e qualidade na prestação de contas do Governo Municipal, o Setor de Contabilidade não tem medido esforços a fim de aderir às boas práticas de transparência contábil, atendendo os preceitos da Lei Federal Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, disponibilizando informações na página do sitio oficial do Município.

1 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. A execução do orçamento da Entidade Município de Cordilheira Alta em 2018, apresentou os seguintes resultados:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		2018
	RECEITAS	Valor
	Previsão Inicial da Receita	26.678.011,00
	Previsão Atualizada da Receita	26.678.011,00
	Receitas Realizadas Líquida	23.994.476,74
	Déficit Orçamentário	0,00
	DESPESAS	Valor
	Dotação Inicial	21.298.593,50
	Créditos Adicionais	1.861.701,28
	Dotação Atualizada	23.160.294,78
	Despesas Empenhadas	17.682.058,85
	Despesas Liquidadas	17.103.636,68
	Despesa Paga	17.089.215,58
	Superávit Orçamentário	6.312.417,89



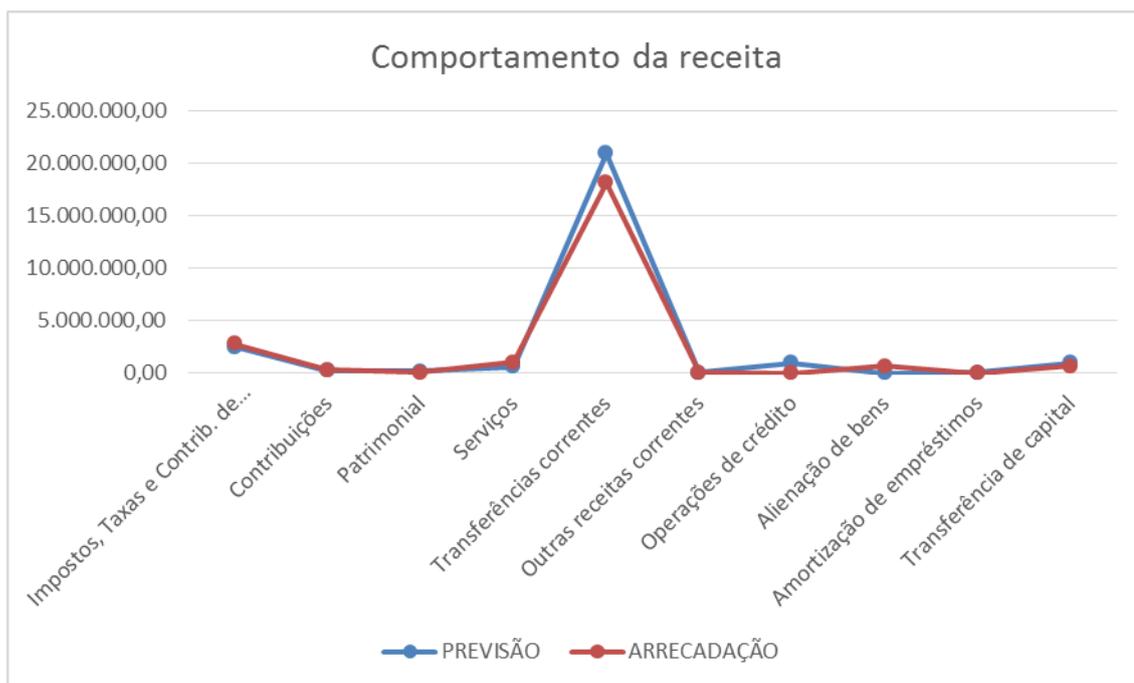
Fonte: Comportamento da Despesa

1.1 Previsão da receita versus arrecadação

RECEITA	PREVISÃO	ARRECADACÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	24.602.186,00	22.547.846,41	-2.054.339,59
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	2.506.500,00	2.803.725,78	297.225,78
Contribuições	250.000,00	339.948,08	89.948,08



Patrimonial	190.600,00	89.925,80	-100.674,20
Serviços	648.000,00	1.073.585,62	425.585,62
Transferências correntes	20.945.706,00	18.154.680,00	-2.791.026,00
Outras receitas correntes	61.380,00	85.981,13	24.601,13
RECEITAS DE CAPITAL	2.075.825,00	1.446.630,33	-629.194,67
Operações de crédito	1.010.500,00	0,00	-1.010.500,00
Alienação de bens	200,00	705.400,00	705.200,00
Amortização de empréstimos	50.000,00	32.932,73	-17.067,27
Transferência de capital	1.015.125,00	708.297,60	-306.827,40
TOTAL	26.678.011,00	23.994.476,74	-2.683.534,26



Em análise ao Balanço Orçamentário, pode-se observar que as receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria, Contribuições e Serviços obtiveram excesso de arrecadação no montante de R\$ 297.225,78, R\$ 89.948,08 e R\$ 425.585,62, respectivamente. Já as receitas patrimoniais tiveram déficit de arrecadação R\$ 100.674,20. As transferências correntes recebidas resultaram em déficit de R\$ 2.791.026,00. As receitas de indenizações, restituições e ressarcimentos contribuíram para um excesso de arrecadação de R\$ 24.601,13 no grupo das Outras receitas correntes. O Município obteve receita de alienação de bens no valor de R\$

705.200,00. A receita de amortização de empréstimo foi suficiente em relação ao previsto em R\$ 17.067,27. Nas transferências de capital obtiveram déficit de R\$ 306.827,40, quando comparado o arrecadado em relação ao previsto.

1.2 Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor
Prefeitura	Fundo Municipal de Saúde	4.389.281,74
Prefeitura	Câmara	1.001000.00
Câmara	Prefeitura	224.886,81

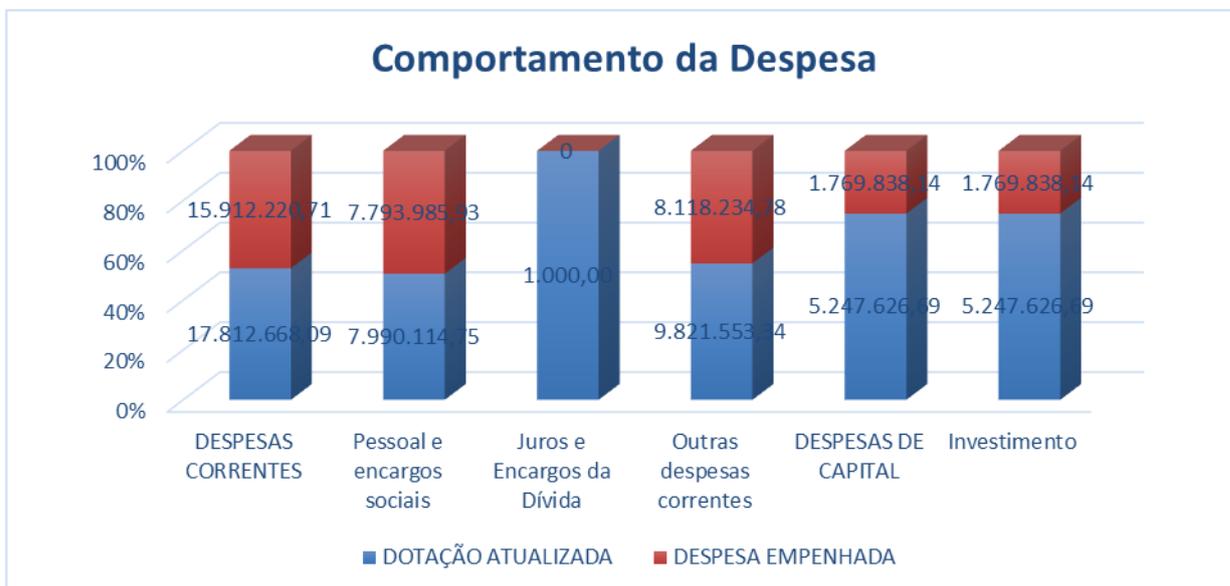
1.3 Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários

Foram utilizados R\$ 1.217.473,72 em recursos de superávit financeiro para abertura de créditos adicionais no exercício de 2018.

Foram utilizados R\$ 1.320.227,56 em recursos de excesso de arrecadação para abertura de créditos adicionais no exercício de 2018.

1.4 Detalhamento da execução das despesas – análise da dotação inicial versus dotação atualizada

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES	16.179.193,50	17.812.668,09
Pessoal e encargos sociais	7.378.933,50	7.990.114,75
Juros e Encargos da Dívida	115.000,00	1.000,00
Outras despesas correntes	8.685.260,00	9.821.553,34
DESPESAS DE CAPITAL	5.019.400,00	5.247.626,69
Investimento	4.789.400,00	5.247.626,69
Amortização da Dívida	230.000,00	0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00
	21.298.593,50	23.160.294,78



Durante o exercício de 2018, o Município de Cordilheira Alta, SC, criou e abriu créditos adicionais especiais e créditos adicionais suplementares, buscando realizar as alterações orçamentárias necessárias para atender a demanda dos serviços e obras públicas, ainda de acordo com o ingresso de recursos financeiros.

Todos os atos, Decretos ou Leis, atenderam as exigências da Lei Federal nº 4.320/1964, conforme artigo 42 da Lei Federal 4.320/1964, “Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo”.

A Lei Orçamentária 2018, do Município de Cordilheira Alta, SC, previu autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme art. 7º da Lei Federal 4.320/1964, “Art. 7º A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para: I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43; (...)”.

Lei Municipal 1236, de 25 de outubro de 2018, Lei Orçamentária 2018 do Município de Cordilheira Alta:

Art. 5º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 35% (Trinta e cinco por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964: (...)



Durante o exercício de 2018, a abertura de créditos adicionais no valor total de R\$ 5.595.980,87, pode assim ser apresentada:

Por tipo de Crédito Adicional:

- ⇒ Suplementar: R\$ 4.791.267,40
- ⇒ Especial: R\$ 804.713,47

Pela origem do recurso do Crédito Adicional:

- ⇒ Superavit Financeiro: R\$ 1.217.473,72
- ⇒ Excesso de Arrecadação: R\$ 1.320.227,56
- ⇒ Operação de Crédito: R\$
- ⇒ Anulação de dotação: R\$ 3.058.279,59
- ⇒ Dotação Transferida: R\$ 676.000,00

1.5 Análise da execução da despesa

DESpesas ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEsa EMPENHADA	DESPEsa LIQUIDADADA	DESPEsa PAGA
DESPEsas CORRENTES	17.812.668,09	15.912.220,71	15.762.433,73	15.748.012,63
Pessoal e encargos sociais	7.990.114,75	7.793.985,93	7.793.985,93	7.793.985,93
Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	0	0	0
Outras despesas correntes	9.821.553,34	8.118.234,78	7.968.447,80	7.954.026,70
DESPEsas DE CAPITAL	5.247.626,69	1.769.838,14	1.341.202,95	1.341.202,95
Investimento	5.247.626,69	1.769.838,14	1.341.202,95	1.341.202,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	0	0	0
	23.160.294,78	17.682.058,85	17.103.636,68	17.089.215,58

As despesas relativas a Pessoal e Encargos Sociais foram empenhadas, liquidadas e pagas no mesmo montante em cada categoria econômica, com saldo da despesa atualizada fixada suficiente, demonstrando ainda economia orçamentária.

As despesas com Outras Despesas Correntes, durante a execução, respeitando os estágios da despesa definidos pela Lei Federal 4.320/194, ficaram com saldo a liquidar e saldo a pagar, tendo em vista o não recebimento/conferência dos serviços e produtos, e/ou a ordem cronológica de pagamento das referidas despesas.

As despesas com Investimentos também carregam saldo de despesas a liquidar e a pagar, tendo em vista os cronogramas físico/financeiro das obras em andamento.

Tanto as despesas com “Outras despesas correntes”, quanto “investimentos”, tiveram saldo orçamentário atualizado suficiente para cobertura das despesas do exercício.

A dotação orçamentária relativa a Reserva de Contingência não foi executada durante o exercício de 2018.

1.6 Avaliação do estoque de restos a pagar processados e não processados

A entidade Prefeitura iniciou o ano de 2018 com R\$ 754.281,15 em restos a pagar, que foram pagos durante o exercício.

2 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

As informações de suporte as Notas Explicativas estão detalhadas em itens anteriores deste relatório.

2.1 Caixa e equivalente de caixa

Aplicações Financeiras

As disponibilidades financeiras do Município estão aplicadas em bancos oficiais. O registro contábil das aplicações financeiras ocorre em forma de receita de Remuneração de Depósitos Bancários na classificação econômica 4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00.

Fontes de Recurso.

A contas contábeis bancárias possuem natureza devedora, e na sua composição contas corrente do tipo fonte de recurso, de acordo com a codificação definida pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, classificando como recursos do exercício, superávit do exercício anterior e ainda a vinculação específica de cada origem dos recursos, como um determinado programa do FNDE, ou determinado bloco ou componente do SUS, bem como FUNDEB, recursos ordinários entre outros. Essa classificação facilita o controle dos recursos de acordo com sua origem.

Forma de arrecadação

O Município não recebe ou arrecada recursos financeiros da Unidade Administrativa, apenas via instituições bancárias.

2.2 Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo

Créditos Tributários a Receber



O Município, no exercício de sua soberania, tem o poder de exigir tributos de seus cidadãos. É o chamado doutrinamento de poder de instituir e cobrar tributos. O Município atendendo as exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade, reconhece por competência os créditos tributários a receber, instituídos pelo Código Tributário Municipal, com fato gerador já ocorrido. Os créditos tributários a receber, em 31 de dezembro de 2018, somaram R\$ 57.141,65, e se referem a IPTU, COSIP, ISS, Taxa de Expediente, Coleta de Lixo, Receitas de concessões e permissões entre outros créditos.

Créditos Não Tributários a Receber

O Município de Cordilheira Alta possui R\$ 38.433,00 em créditos não tributários a receber em 31 de dezembro de 2018.

Créditos de Transferência a Receber

No final do exercício de 2018, o Município possuía R\$ 618.027,48 referente créditos de empréstimos e financiamentos concedidos aos munícipes, por meio de programas de habitação e/ou troca-troca.

Empréstimos e financiamentos concedidos.

No final do exercício de 2018, o Município possuía R\$ 29.861,02 referente créditos a receber de ICMS do Fundo Social do Estado de Santa Catarina.

Demais Créditos a receber e valores a curto prazo

O Município possui um crédito de R\$ 5.465,00 referente suprimento de fundos, ou seja adiantamento para pagamento de despesas públicas autorizadas em lei municipal.

Dívida ativa – Ativo Realizável a Longo Prazo

O estoque de dívida ativa do Município está contabilizado em longo prazo, sendo que 62,88% dos créditos em longo prazo referem-se a dívida ativa tributária, e 37,12% a dívida ativa não tributária.

Perda da Dívida ativa

O Município registra a perda da dívida ativa atendendo as exigências do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7º edição:

Os créditos inscritos em dívida ativa, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros. Assim, as perdas esperadas referentes à dívida ativa devem ser registradas por meio de uma conta redutora do ativo. A responsabilidade pelo cálculo e registro contábil do ajuste para perdas é do órgão ou entidade competente para a gestão da dívida ativa.

As perdas representam 4,56% do total de créditos. O cálculo da perda da dívida ativa foi realizado tomando por base, valores a receber até um salário mínimo por C.P.F ou C.N.P.J, ou seja, casos que configuram um custo de cobrança maior que o

benefício que pode ser gerado. Nessas situações, normalmente, o Poder Judiciário, sempre que acionado, determina o arquivamento dos processos, com valores inferiores a um salário mínimo.

2.3 Investimentos RPPS

O município não possui investimentos RPPS.

2.4 Imobilizado

O patrimônio imobilizado do Município somou 29.017.389,26, já reduzido sua depreciação. Os bens móveis representam R\$ 7.297.084,26 e os imóveis R\$ 24.319.509,11.

O valor dos bens de uso comum do povo é de R\$ 3.059.643,23 e estão somados junto aos imóveis. O reconhecimento dos bens de uso comum é realizado de forma gradativa, pela sua construção, sendo exemplos ruas, pontes, sistema de esgoto e/ou abastecimento de água, e ainda, outros bens de uso comum.

A depreciação traz o saldo acumulado de R\$ 2.599.204,11.

Em 2018 foi realizada reavaliação de bens, tendo em vista o interesse em alienar, somando como desvalorização de ativo o montante de R\$ 214.135,52, nas contas de veículos e Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas. Já as contas veículos e demais bens imóveis registraram reavaliação positiva de ativos no montante de R\$ 529.477,00.

Durante o exercício de 2018 foi realizada alienação de bens. O ganho registrado com alienação de bens foi de R\$ 51.300,00.

O município possui R\$ 128.346,12 em obras em andamento.

O município mantém já a alguns exercícios o controle e é normatizado a vida útil, valor residual, percentual de depreciação dos bens. O controle é realizado pelo servidor responsável e dirigido pela comissão do patrimônio. As contas patrimoniais mantem coerência com as contas contábeis conforme plano de contas definido pelo TCE/SC.

2.5 Intangível

O município não possui ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018.

2.6 Fornecedores

Na conta “fornecedores” são registrados por meio de controle pelo mecanismo de contas correntes, todos os fornecedores e aquisições e contratações realizadas. A conta “fornecedores” é uma conta contábil do passivo e registra as obrigações do município para com esses. Algumas obrigações que não passaram por todos os estágios da despesa são transferidas/inscritas em restos a pagar e/ou fornecedores de exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta fornecedores foi de R\$ 359,21.

2.7 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo, do Município, somou R\$ 540.413,36 no final do exercício de 2018. Destes, R\$ 461.780,40 são férias reconhecidas por competência e R\$ 78.632,96 encargos sociais por competência. O reconhecimento de despesas por competência, é exigência das NBCASP, e necessária para a correta demonstração do patrimônio do Município.

O município não possuía Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo em 31 de dezembro de 2018.

2.8 Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo

A provisões a Curto Prazo somam R\$ 547.879,00 e tratam-se de demandas judiciais onde há incerteza de prazo e valores, mas cujo fato gerador, segundo entendimento do setor jurídico do Município, já ocorreu.

O município não possui provisões a longo Prazo em 31 de dezembro de 2018.

2.9 Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

Estoques

O saldo de estoque ao final do exercício de 2018 soma R\$ 549.537,19 referente material de consumo, escritório, lubrificantes, higiene, limpeza e cozinha, pneus, materiais de construção e medicamentos.

Investimentos

O Município não possui investimento permanente.

Obrigações Fiscais a curto prazo

Nesta conta contábil está registrado a obrigação do município junta a União relativa ao PASEP. O saldo em 31 de dezembro de 2018 refere-se à competência dezembro de 2018 com vencimento para janeiro de 2019.

Empréstimos e Financiamentos a curto prazo e a longo prazo

O Município não possui empréstimos contratados.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido acumulado representa o valor de R\$ 36.947.703,83 e refere-se aos resultados acumulados desde a criação do Município. O patrimônio líquido recebe valores no encerramento do exercício referente variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e as transferências financeiras concedidas e recebidas, envolvendo operações no nível de consolidação, INTER OFSS União, INTER OFSS Estado e INTER OFSS Município.

No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores é utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

No exercício de 2018 não foi utilizado a conta Ajustes de Exercícios Anteriores.

3 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

3.1 Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado

Não houve redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, no exercício de 2018.

3.2 Baixas de investimento

Não houve baixa de investimentos, no exercício de 2018.

3.3 Constituição ou reversão de provisões.

A constituição de provisões representou R\$ 139.168,84 na máscara 3.9.7.9.1.00.00, referente ao aumento da provisão de processos judiciais no passivo patrimonial Provisões.

Não houve reversão de provisões em 2018.

3.4 Demais variações

3.4.1 Variações Aumentativas

Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria

Representam a variação aumentativa do patrimônio pela arrecadação de impostos, taxas ou contribuição de melhoria, e pelo reconhecimento de créditos a receber destes.

Contribuições

RUA CELSO TOZZO, 27 CEP: 89.819-000 – FONE: (49) 3358-9100 – CORDILHEIRA ALTA – SC

As contribuições são relativas ao domínio econômico e a iluminação pública.

Exploração e Venda de Bens e Serviços

Refletem o esforço do Município em geral na prestação de serviços à comunidade com base em preço público estabelecido em lei municipal.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representam as entradas relativas a juros arrecadados, bem como os rendimentos de depósitos bancários de recursos públicos aplicados em Instituições financeiras.

Transferências e delegações recebidas

Podem ser intra ou inter orçamentárias, com origem no Município, Estado ou União. São as transferências recebidas no exercício, podem ser legais ou voluntárias.

Valorização e Ganhos com ativos e desincorporação de passivos

O Município obteve R\$ 736.873,64 em ganhos com incorporação de ativos, relativo a ganhos na alienação e na incorporação de ativos e na reavaliação .

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Refletem as demais variações patrimoniais aumentativas não citadas acima, inclusive por redução das despesas com férias e décimo reconhecidas por competência.

3.4.2 Variações Diminutivas

Pessoal e Encargos

Representam a redução do patrimônio do Município pela assunção da despesa com pessoal, que de acordo com cada área de atuação, produzirá bens ou serviços à comunidade, como a mão de obra de professores, engenheiro, motoristas, operadores de máquinas, enfermeiros, médicos, assistentes administrativos, agentes políticos entre outros.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Representam os benefícios como aposentadorias e reformas, pensões, benefícios eventuais como auxílio saúde, auxílio funeral e outros.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de capital fixo

Produtos adquiridos como, merenda escolar, material de limpeza, higiene, copa e cozinha, combustível, medicamentos entre outros produtos. Os serviços contratados pelo Município como seguros, assinaturas, transporte escolar, energia elétrica, coleta de lixo e outros. Neste grupo também está contabilizado as variações patrimoniais diminutivas com depreciação de bens móveis e imóveis.

Transferências e delegações concedidas

As transferências intra governamentais são operações entre órgãos do mesmo Ente Federativo, como é o caso da Prefeitura com a Câmara de Vereadores, e, Fundo



Municipal de Saúde, etc. As transferências intergovernamentais em geral representa os recursos que o Município transfere ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. O Município transfere recursos também a Consórcios Públicos em que o mesmo é consorciado por um interesse em comum. Poderão haver outros tipos de transferências, ambas podendo ser legais ou voluntárias.

Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos

A desvalorização e perda representam a baixa de bens do ativo patrimonial, como reavaliação e desincorporação de ativos.

A incorporação de passivos representa o reconhecimento de um passivo, sendo independente de execução orçamentária. Não foi registrado incorporação de passivos em 2018.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Refletem as demais variações patrimoniais diminutivas não citadas acima.

4 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

4.1 Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor	Finalidade	Ato Legal
Prefeitura	Fundo Municipal de Saúde	4.389.281,74	Manutenção de todas as atividades do Fundo Municipal de Saúde	A Lei Municipal nº 1236, de 25 de outubro de 2017 aprovou a Lei Orçamentária 2018
Prefeitura	Câmara	1.001.000,00	Manutenção de todas as atividades do Poder Legislativo Municipal	A Lei Municipal nº 1236, de 25 de outubro de 2017 aprovou a Lei Orçamentária 2018
Câmara	Prefeitura	224.886,81	Devolução dos recursos não utilizados referente duodécimo do	A Lei Municipal nº 1236, de 25 de outubro de 2017 aprovou a Lei

4.2 Retenções tributárias

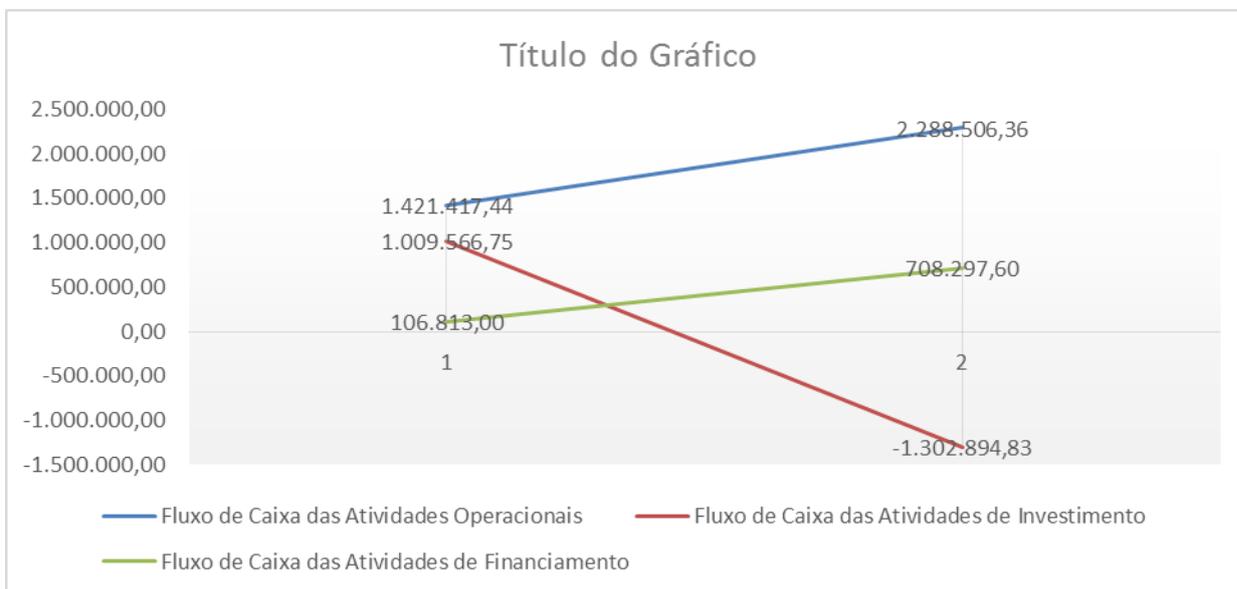
O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

4.3 Restos a pagar processados e não processados

Restos a pagar	2017	2018
Recebimentos Extraorçamentários		
Inscrição de restos a pagar não processados	754.281,14	578.422,17
Inscrição de restos a pagar processados	0,00	14.421,10
Restos a pagar não processados pagos		
Pagamentos Extraorçamentários		
Restos a pagar não processados pagos	23.181,96	0,00
Restos a pagar processados pagos	29.666,66	0,00

5 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Tipo de Fluxo	2017	2018	Varição
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	1.421.417,44	2.288.506,36	867.088,92
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	1.009.566,75	-1.302.894,83	-2.312.461,58
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	106.813,00	708.297,60	601.484,60



Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais compreende os ingressos e os desembolsos relacionados com a ação pública, sendo que no exercício de 2018 apresentou o montante positivo de R\$ 867.088,92, tendo variação de 54,17% relativo ao exercício de 2017, representando o montante de R\$ 2.288.506,36, o que demonstra que o resultado líquido financeiro (ingressos – desembolsos) foi positivo, aumentando a capacidade de pagamento da entidade.

Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos. A variação foi de R\$ -2.312.461,58 de 2017 para 2018, o que representa diminuição no capital circulante líquido do Município nesse período, pois embora tenham diminuídos os ingressos de investimento (receita de alienação de bens e amortização de empréstimos) de R\$ 1.009.566,75 em 2017, para R\$ -1.302.894,83 em 2018, o desembolso para investimentos (aquisição de ativos não circulantes e outros desembolsos).

Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento Inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos, apresentando no exercício de 2018 o montante de R\$ 708.297,60, tendo uma variação de -62,18%, ou seja, o montante de R\$ 708.297,60 de 2017 para 2018. O Município recebeu R\$ em transferências de capital em 2018 e desembolsou R\$ 291.041,40 em pagamentos de financiamentos. Já em 2017 o ingresso de transferências financeiras

foi de R\$ 106.813,00 e operações de créditos R\$ 0,00, enquanto os desembolsos foram de R\$ 291.041,40.

Retenções

O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

6 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

O Município em 2018, demonstrou alteração do Patrimônio Líquido positiva (credora), passando de R\$ 33.552.863,38 em 2017, para R\$ 36.947.703,83 em 2018. Essa alteração refere-se a resultado do exercício de 2018 no valor de 3.394.840,45.

6.1 Capital/Patrimônio Social

O patrimônio social e capital social representam R\$ 33.552.863,38 em 31 de dezembro de 2018.

6.2 Resultados Acumulados

O resultado do exercício pode ser assim demonstrado:

Variações Patrimoniais Diminutivas	25.596.613,81
Variações Patrimoniais Aumentativas	28.991.454,26
Total	3.394.840,45
Patrimônio Líquido Inicial	33.552.863,38



Resultado do Exercício	3.394.840,45
Patrimônio Líquido Final	36.947.703,83

6.3 Ajustes dos exercícios anteriores

A conta ajustes de exercícios anteriores não recebeu lançamentos.

6.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Não houveram Ajustes de Avaliação Patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1.964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme exigências do Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC.

CORDILHEIRA ALTA, SC, 28 de fevereiro de 2019.

Emanuelle Cella Tozzo
CONTADORA
CRC/SC 023417/O-8

Carlos Alberto Tozzo
PREFEITO